

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Manuela Ferreira Leite é a nova Presidente do PSD



Manuela Ferreira Leite, uma militante do PSD com um longo historial de luta pelos ideais sociais-democratas, várias vezes membro do Governo, Professora Universitária distinta e intelectual de alto gabarito, venceu as eleições directas para a Presidência da Comissão Política Nacional do PSD, ganhando assim a Presidência do nosso Partido.

O «Povo Livre» órgão oficial do PSD, que durante a campanha, como lhe compete, manteve a mais rigorosa isenção e imparcialidade entre os candidatos, deseja à nossa nova Presidente as maiores felicidades e sucessos, especialmente nos pleitos eleitorais que se avizinham o dos quais, neste momento da vida nacional, depende largamente o futuro de toda a Nação Portuguesa.

– Povo Livre

O Conselho de Jurisdição Nacional emite o seu comunicado final

No dia 31 de Maio, às 6 da tarde, reuniu o Conselho de Jurisdição, como mandam os Estatutos, em sessão plenária extraordinária. No comunicado que foi tornado publico, após apurados os resultados, o Conselho lembra que durante o acto eleitoral, que decorreu das 10 às 17 horas, foi fornecendo as indicações e orientações que lhe foram solicitadas, não se registando qualquer situação que pusesse em causa a regularidade do Acto Eleitoral, nem quaisquer ocorrências que não tenham sido resolvidas de imediato, de harmonia com os Estatutos e os Regulamentos aplicáveis ao Acto.

Leia mais no interior



Os resultados apurados foram os seguintes:

- Total de Eleitores – 77.088
- Total de Votantes – 45.444
- Votos Brancos – 254
- Votos Nulos – 97
- Candidato Mário Patinha Antão – 308 votos
- Candidato Pedro Santana Lopes – 13.427 votos
- Candidato Manuela Ferreira Leite – 17.224 votos
- Candidato Passos Coelho – 14.134 votos

Os resultados correspondem ao apuramento obtido até às 20h00 horas do dia 31 de Maio de 2008, faltando apurar os resultados das seguintes Assembleias de Voto:

• Almeirim; • Constância; • Ferreira do Zêzere; • Mesão Frio; • Penedono; • Peso da Régua; • São Paulo; • Londres; • Newark; • Rio de Janeiro

Não sendo assim possível, desde já, dispor do registo do número de votos de todas as Assembleias de Voto, os resultados apurados têm natureza provisória, sendo certo que a parte por apurar não terá influência sensível no cômputo global.

Por assim ser, o Conselho de Jurisdição Nacional declara regularmente eleito Presidente da Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata, o militante nº 7848 – Manuela Ferreira Leite. - **O Presidente C.J.N., Alberto Amorim Pereira; Os Vogais do C.J.N.**

«Por Portugal, pelo PSD!» foi a moção vencedora

Damos em seguida, o texto completo da moção de estratégia apresentada pela Presidente, na ocasião da formalização da sua candidatura e que é o essencial das suas convicções e propostas aos militantes:

1. Introdução

Uma moção de estratégia global tem um objectivo claro: apresentar aos militantes, no contexto de uma disputa eleitoral interna, uma linha de actuação política geral, coerente e estruturada. Assim sendo, não se confunde, nem pode confundir-se, com um programa eleitoral. O que aqui nos preocupa é, pois, deixar a identificação do fio condutor que o PSD deve seguir para recuperar a credibilidade e para

vencer os actos eleitorais que tem pela frente em 2009, muito em especial as eleições legislativas.

Do nosso ponto de vista, esse fio condutor passa pela reafirmação dos princípios fundamentais do nosso Partido, quer no plano programático, quer ao nível das políticas concretas.

E a razão para o fazer é simples: o PSD só foi grande quando soube ser fiel à sua matriz política e ideológica – um partido personalista, reformista e social-democrata. E, nos últimos anos, perdeu sustentadamente influência e credibilidade junto da sociedade civil, precisamente porque não quis ou porque não foi capaz de o fazer.

É mais do que tempo para alterar esse estado de coisas e de oferecer de novo aos Portugueses uma alternativa governativa credível e merecedora, uma vez mais, da sua confiança.

2. Três anos de governação socialista

Decorreram já mais de três anos desde que o PS ganhou as eleições legislativas e formou governo. Tempo mais do que suficiente para fazer um balanço sério e objectivo que permita aquilatar do real sentido e valor da sua actuação. Tempo mais do que suficiente para que não haja subterfúgios nem desculpas destinados a alijar responsabilidades, a mascarar insuficiências ou a esconder incompetências.

É decisivo que se proceda a esse balanço de um modo realista. Assiste-se, com frequência, ao sublinhar dos méritos da acção governativa e ao desenrolar de auto-elogios ao sentido das reformas supostamente empreendidas, enquanto o dia-a-dia e as condições de vida das pessoas e das famílias se degradam.

As empresas não vêm resolvidos os problemas que condicionam a sua produtividade e a sua competitividade. As dificuldades que afectam o desenvolvimento do País persistem. A sociedade civil atrofia. E nada do que é verdadeiramente decisivo foi atingido.

Nenhuma razão pode ser invocada para justificar a permanência desta situação. Não pode esquecer-se que o PS gozou, desde logo no plano político, de condições particularmente favoráveis.

Na Assembleia da República contou e conta com o apoio de uma maioria absoluta de suporte, assente apenas numa formação partidária. E contou igualmente com um Presidente da República cujo comportamento tem sido exemplar no que toca ao respeito pelas competências que a Constituição coloca ao seu dispor, e que protagoniza um entendimento pleno do conceito de cooperação institucional.

Também no que toca às condições internacionais não pode o PS encontrar motivos de queixa. É que, nestes três anos, a economia internacional conheceu taxas de crescimento positivas, a situação nos nossos principais parceiros comunitários apresentou índices muito favoráveis e as oportunidades que se depararam a Portugal foram, em consequência, amplas.

E isto não esquecendo que o Governo português passou a dispor, como resultado da flexibilização das regras comunitárias aplicáveis, de um quadro muito mais favorável, nomeadamente em termos temporais, no que respeita ao controlo do défice e ao equilíbrio das contas públicas. Há-de reconhecer-se que poucos, ou mesmo nenhum executivo

nacional da nossa história democrática, beneficiaram de uma confluência simultânea de factores tão favoráveis.

Ao fim destes mais de três anos, o que se conseguiu em concreto?

Pouco, muito pouco. Sobretudo muito menos do que a situação exigia, do que os Portugueses merecem e do que o futuro do País requer.

E porque é que se chegou aqui? Porque, uma vez mais, os socialistas não souberam ou não quiseram seguir pelo caminho acertado.

Na verdade, o PS optou por prometer mundos e fundos, sabendo que não poderia cumprir esses compromissos. E assim, entre outras coisas, garantiu que não haveria aumento de impostos, que não se registaria um agravamento das taxas moderadoras na saúde ou que não seriam introduzidas portagens nas SCUT.

Já no governo, empolou o problema do défice, para abrir espaço ao aumento de impostos. Sem estratégia para assegurar a resolução dos problemas nacionais, olhou para as consequências sem se aperceber das causas. Não baseando a acção em convicções claras e consequentes, assentou a sua governação na navegação à vista.

Sucedo que isso nunca dá resultado. É que só quem se bate por ideias em que acredita tem condições para atingir os resultados que pretende. E só quem tem uma linha de rumo marcada pela coerência está em condições de mobilizar a vontade e as capacidades da sociedade civil para o combate aos obstáculos com que o País se depara.

Nos últimos três anos, o PS tem sido mestre na arte da manipulação política. Os socialistas conseguiram ir mantendo a ilusão de que os obstáculos estavam a ser ultrapassados e de que o País se encontrava no caminho sustentado do desenvolvimento.

O PS esqueceu, porém, duas verdades básicas: que as coisas são aquilo que são e não aquilo que queremos que sejam; e que, mais tarde ou mais cedo, a realidade acaba sempre por se impor.

Eis como se chegou à situação actual. Uma situação em que o Governo se consome em auto-elogios, mas em que os cidadãos não vislumbram quotidianamente qualquer benefício dos tão apregoados êxitos.

Em que o executivo decreta o fim dos problemas mais sérios, mas em que os mesmos insistem em permanecer e até, em muitos casos, em agravar-se.

Se tentássemos resumir numa só palavra o que os Portugueses sentem em relação à governação do País, essa palavra seria insegurança.

Insegurança no domínio social

Dois problemas centrais afectam a sociedade portuguesa: a pobreza e o desemprego.

No que à pobreza respeita, o panorama é excepcionalmente preocupante. Surgem, entre nós, bolsas de pobreza cada vez mais significativas. Assistimos por todo o País a situações dramáticas.

Constatamos o aparecimento de novos fenómenos de pobreza que Portugal desconhecia.

No que respeita ao desemprego, foram atingidas as taxas mais elevadas dos últimos vinte anos. Mais pessoas concretas têm em risco a sua

sobrevivência diária. Mais famílias, a sua estabilidade afectada. Mais jovens, o seu futuro em risco. Mais Portugueses são obrigados a procurar no estrangeiro as oportunidades que o País lhes recusa.

Insegurança no que toca à saúde

A reorganização do sistema de saúde começou a ser feita do fim para o princípio: sem colocar no terreno as alternativas que as mudanças implicariam; sem dialogar nem explicar às pessoas a razão dessas mudanças; tratando a saúde como outro sector qualquer, esquecendo a importância crucial destes serviços na vida e na fixação das populações.

Preocupado com a impopularidade que o estilo do anterior Ministro da Saúde estava a gerar, o Primeiro-Ministro remodelou-o. O que era certo passou a ser errado e o que estava decidido passou a ser reponderado. A melhor prova disso é a questão das parcerias público-privadas, que de aposta central passou para o

domínio das soluções a banir.

Insegurança no plano da educação e do ensino superior

No ensino básico e secundário, a ideia de disciplina, tão indispensável à formação dos alunos é ignorada, quando não desprezada. Em matéria de avaliação segue-se o caminho do facilitismo.

As universidades e os politécnicos estão à beira da falência técnica.

O País não abandona os lugares mais modestos nas estatísticas internacionais da educação.

Perante isso que faz o Governo? Ataca a dignidade dos agentes de ensino, desvaloriza os problemas, ao mesmo tempo que se enreda em medidas que não se entendem ou avança e recua ao sabor da flutuação dos acontecimentos conjunturais.

Insegurança no que toca à justiça e à segurança dos cidadãos
Desencadeando conflitos gratuitos e desnecessários com tudo e com todos, o Governo somou erros atrás de erros: mudando o que não devia, como sucedeu com a alteração do período de férias judiciais; pondo em causa as condições de operacionalidade das forças policiais; não encarando de frente o aumento dos casos de criminalidade violenta e organizada; pouco fazendo para combater os novos tipos de ilícitos, que cada vez mais intranquilizam os cidadãos.

Insegurança no que toca ao exercício da cidadania
Pressões sobre jornalistas e órgãos de comunicação social, processos disciplinares ou mesmo demissões imediatas de funcionários por delíto de opinião, tentativas de condicionamento do direito de manifestação, desrespeito sistemático dos direitos da oposição.

O objectivo é claro: a afirmação de um poder absoluto do PS. Não é, pois, exagerado, dizer-se que existe um problema cada vez mais sério de qualidade da nossa democracia.

Insegurança nas finanças públicas

Seguindo o caminho mais fácil mas menos sustentado, o Governo tem vindo a combater o défice sobretudo pela via do aumento da receita e não da diminuição ou da contenção da despesa pública.

Recorrendo a todos os meios ao seu dispor, o PS não hesitou em aumentar repetidamente a carga fiscal que recai sobre os cidadãos, mesmo quando tinha solenemente prometido que não o iria fazer.

Para atingir metas desejadas, chegou-se ao ponto de não aprovar projectos financiados pelos fundos comunitários, por forma a evitar ter de proceder a novos pagamentos.

A verdade é que as contas públicas melhoraram, mas o País não atingiu a consolidação sustentada que o poria em condições de enfrentar as dificuldades da economia global que agora se anunciam.

Insegurança no domínio económico

Nesta matéria, os factos falam por si: o nosso ritmo de crescimento é o mais baixo dos países com os quais nos devemos comparar e, segundo os dados mais recentes, está inclusive a diminuir; mais Estados membros da União Europeia nos ultrapassaram ou estão prestes a fazê-lo; os sinais em



termos de inflação são preocupantes; o investimento estrangeiro retraiu-se significativamente no ano passado; os indicadores de confiança dos cidadãos e das empresas agravam-se. O próprio Governo fez uma forte revisão em baixa do crescimento económico para este ano.

Os episódios à volta da localização do novo Aeroporto de Lisboa e das SCUT's são exemplos flagrantes de uma política errática.

A incapacidade do actual Governo continua, de um modo geral, a impedir a resolução dos bloqueios essenciais com que a sociedade portuguesa se defronta. E cada dia que se perde significa menos uma oportunidade para nos prepararmos para os desafios que estão para vir. A actual debilidade da nossa situação económica e social constituiria, em qualquer caso, motivo para profunda preocupação. Mas tal preocupação é ainda agravada se tivermos em devida conta as dificuldades que podem surgir como resultado da complexidade da actual situação internacional. Há factos sem precedentes, como a crise petrolífera, a crise financeira ligada ao "subprime" ou a crise alimentar. Há realidades como a persistência de níveis assustadores de pobreza à escala mundial. Há questões como a degradação das condições climáticas por efeito do fenómeno do aquecimento global. Há perspectivas de incremento da conflitualidade social num número significativo de Estados. Há ameaças como o terrorismo internacional ou a criminalidade transfronteiriça. Tudo isto constitui motivo para adensar as nossas dúvidas e fazer crescer as nossas angústias quanto aos cenários com que poderemos vir a ser confrontados.

Por outro lado, a presumível – e desejável – entrada em vigor do Tratado de Lisboa exige de todos os Estados-membros uma ambição acrescida em termos de delimitação de objectivos fundamentais e de gestão inteligente das suas virtualidades estratégicas.

O quadro externo é cada vez mais exigente. A preparação de Portugal para esse novo quadro de acção deveria estar a ser feita. Infelizmente, isso não está a acontecer. E, uma vez mais, por responsabilidade principal deste Governo.

Por todas as razões, internas e internacionais, mudar de Governo, mudar de estratégia, mudar de política é um verdadeiro imperativo nacional.



3. O PSD: desafios e exigências

As características estruturais do nosso sistema partidário encontram-se definidas quase desde a sua génese. Apenas duas forças políticas constituem alternativa no que respeita ao exercício da governação: o PSD e o PS.

Como é evidente, isso significa para o PSD uma responsabilidade acrescida no que respeita àquilo que os Portugueses esperam de nós, bem como à definição de um projecto alternativo face ao que tem sido a incapacidade do PS.

Para estar à altura dessa responsabilidade, o PSD tem de, em primeiro lugar, ser capaz de identificar os problemas que o afectam e que têm motivado uma perda progressiva da sua influência político-eleitoral. O partido tem seguido nos últimos anos um caminho em que a discussão sobre as pessoas e as lideranças se sobrepõe à necessária identificação das dificuldades e dos constrangimentos, bem como ao debate de ideias.

As consequências são bem visíveis. Tempos houve em que a voz e a opinião do PSD, estivessemos na oposição ou no governo, era ouvida e respeitada. Pela seriedade da nossa postura. Pela consistência das nossas propostas. Pela autoridade dos protagonistas.

Não é por acaso que, ao longo de décadas, se foi consolidando a ideia de que o PSD era o partido mais identificado com o sentir profundo do País e mais capaz de compreender e realizar os anseios e aspirações dos Portugueses.

E é a essa luz que tem de ser entendido o facto de, entre 1976 e 1995, o PSD ter assumido funções governativas durante quinze anos, treze dos quais com a responsabilidade de direcção do executivo.

Forçoso é reconhecer, porém, que as coisas mudaram profundamente. Nos últimos quase treze anos, o PSD apenas entre inícios de 2002 e inícios de 2005 assumiu funções governativas a nível nacional.

Em 2005, pela primeira vez, não conseguimos evitar que o PS obtivesse uma maioria absoluta para o Parlamento. O partido não dispõe sequer de uma minoria de bloqueio de 1/3, o que significa que a revisão da nossa lei fundamental pode, em teoria, fazer-se sem o PSD.

Mas, se olharmos para os factos do ponto de vista da nossa vida interna, a perspectiva também não é animadora.

De facto, o Congresso que iremos realizar no próximo mês de Junho será o trigésimo em trinta e quatro anos do PSD. E, desses trinta Congressos, treze tiveram lugar a partir de 1995.

Por outro lado, o partido vai conhecer o seu oitavo líder desde 1995. Sejamos directos: o PSD tem actualmente problemas sérios, quer a nível do seu funcionamento interno, quer no que toca à confiança do eleitorado. É decisivo e urgente inverter este caminho.

E é essa inversão que temos de ser capazes de fazer. Porque devemos isso à nossa história e àqueles que construíram esta grande instituição que tanto deu ao nosso País, a começar pelo nosso fundador, Francisco Sá Carneiro. Mas, sobretudo, porque devemos isso a Portugal e aos Portugueses.

O PSD que queremos é uma formação política determinada a reafirmar os princípios que o fundaram. Um partido personalista, para quem a dignidade da pessoa humana se sobrepõe à política. Um partido interclassista, capaz de captar apoios em todos os domínios da sociedade portuguesa. Um partido em que cada um dos militantes é importante, independentemente da sua origem, da sua formação ou da actividade que desempenha.

Para nós, não tem qualquer sentido distinguir entre elites e militantes anónimos. Colocar, de um lado, os chamados notáveis e, do outro, aqueles que denodada e discretamente trabalham para levar a mensagem do PSD a todos os cidadãos, quer em Portugal quer junto das comunidades portuguesas dispersas por todo o mundo.

E a questão não é determinante apenas por razões de ordem interna.

É-o, essencialmente, por motivos exteriores, ligados à necessidade de reconstruir a relação de confiança com os Portugueses.

Como se ganha credibilidade junto dos eleitores, quando nos preocupamos mais com nós próprios do que com as propostas alternativas que os Portugueses esperam e exigem de nós?

Temos de ser capazes de mudar. Mudar a forma como nos posicionamos. Mudar o modo como agimos politicamente. Mudar a maneira como falamos com o País e para o País.

E quando falamos em mudar pensamos em mudar de modo convicto, coerente e determinado. Não apenas em mudar por conveniência ou por razões de conjuntura. É aí que reside a chave para retomar o papel de primeira grandeza que já foi o nosso.

É necessário que o PSD reconstrua o seu prestígio e a sua confiabilidade. Que o PSD se torne de novo uma referência para os sectores mais dinâmicos da nossa sociedade, justamente aqueles que mais capazes são de promover as mudanças de que Portugal carece. Que o PSD se aproxime, uma vez mais, da juventude portuguesa. Enfim, que o PSD regresse ao estatuto de força política intrinsecamente identificada com os desejos e as aspirações dos cidadãos.

A tarefa que todos temos de empreender é exigente. Mas acreditamos na nossa capacidade de a levar a cabo.

Não deixamos, porém, de reconhecer que o caminho se vai tornando progressivamente mais estreito. Que precisamos de recorrer a novos métodos de comunicação política. Que carecemos de reformular os nossos processos de actuação. Que necessitamos de ser mais inovadores no modo como formulamos e sustentamos as nossas propostas.

Na retoma desse percurso, que já foi o nosso, não podemos perder mais tempo.

4. Um projecto para Portugal

4.1. O primado da política

Duas ideias negativas para o debate político democrático têm vindo a fazer o seu caminho: uma, é que as eleições não se ganham, apenas se perdem; outra, a de que não existem hoje relevantes distinções entre o ideário e, sobretudo, a prática política, dos partidos não radicais.

São, na nossa perspectiva, ideias a rejeitar.

Desde logo, não é aceitável considerar que a alternância política se encontra apenas dependente da avaliação que o eleitorado faz da actuação de quem assume as responsabilidades da governação, seja a que nível territorial for.

Em primeiro lugar, porque isso equivaleria a passar aos eleitores um estatuto de menoridade política.

Em segundo lugar, porque isso significaria questionar o âmago do próprio conceito de democracia, desvalorizando a ideia, que nele é central, de disputa institucionalizada e de livre competição.

Em terceiro lugar, porque isso remeteria os partidos, quando se encontram na oposição, ao papel puramente expectante da sua oportunidade de chegar ao poder.

Por nós, somos daqueles que se encontram nos antípodas dessa atitude. Valorizamos o primado da política. Consideramos que as diferenças ideológicas persistem. Que do ponto de vista da clareza e da transparência democráticas esse é um valor inestimável. E que o PSD deve sempre insistir na afirmação daquilo que o caracteriza e daquilo que o separa, em especial, do PS.

Este último aspecto é, evidentemente, central. Existem – e persistem – entre o PSD e o PS essenciais diferenças de fundo, porque o projecto político que defendemos para Portugal assenta em pressupostos substancialmente distintos. A capacidade reformista que sempre demonstrámos e que sempre colocámos ao serviço de Portugal é, entre nós, única.

Não devemos, é verdade, ignorar ou minorizar o facto de o PS tentar ocupar o espaço político que sempre foi, e que continua a ser, do PSD. Mas essa é uma atitude ditada pela necessidade e não por uma qualquer convicção. Imposta pelos ventos da mudança e não ditada por uma reconversão ideológica assumida e genuína.

Daí que o PSD deva insistir sempre na necessidade e utilidade da separação de águas político-ideológicas. Porque deixarmo-nos arrastar para a lógica das falsas soluções consensuais é algo que só pode prejudicar o nosso esforço de afirmação e, o que é bem mais grave, hipotecar o futuro do País.

Mas então o que é que, política e ideologicamente, nos separa do PS?

Separa-nos a fidelidade ao tríptico que define, no essencial, a nossa identidade: o personalismo, o reformismo e a social-democracia. Da nossa adesão plena a essas ideias directoras decorrem duas consequências fundamentais: a nossa diversa atitude face à política e o projecto alternativo e coerente que temos para oferecer aos Portugueses.

4.2. Uma forma diferente de fazer política

Caracteriza-nos, desde logo, uma diversa atitude face à política. E isso significa, em primeiro lugar, a defesa da necessidade de retornar a uma cultura política assente em princípios e em valores, e não em oportunismos e em conveniências.

Uma cultura política que valorize, antes de tudo, a defesa do primado



da pessoa humana e o respeito pelos seus direitos e liberdades fundamentais.

Por isso, fiel à sua matriz personalista, o PSD deve reafirmar em permanência a ideia de que, também em política, os fins não justificam os meios. Se queremos construir um País mais moderno, mais desenvolvido e mais equilibrado, temos de o fazer assente na realização pessoal de cada um dos nossos concidadãos.

Um segundo aspecto em que temos de nos diferenciar do PS respeita ao valor da verdade na acção política.

Temos para nós que um dos factores que mais tem afastado os cidadãos da política reside, justamente, no desrespeito pelas promessas eleitorais e na manipulação a que o discurso dos políticos progressivamente recorre.

Falar verdade aos Portugueses é, antes do mais, uma exigência ética, mas é, igualmente, um contributo indispensável para o sucesso de todo e qualquer projecto político.

Só contando com o apoio dos Portugueses se poderá levar a cabo as mudanças que o futuro exige. E só poderemos contar com esse apoio se existir entre os representantes e os representados uma relação de verdadeira confiança.

Temos de marcar aqui a nossa diferença. Não escondendo, nunca, as dificuldades que existem. Sabendo escutar e respeitar o que os Portugueses pensam. Assegurando que existe coincidência entre o que dizemos e o que

fazemos. Não gerindo agendas escondidas em que o interesse colectivo seja

subordinado ao interesse da perpetuação do poder.

É isso que os Portugueses merecem, e é isso que os Portugueses exigem de nós.

Mas há, ainda, um terceiro aspecto que consideramos decisivo: a

defesa de uma cultura política que assente em valores fundamentais como a exigência, o rigor, a responsabilidade, o mérito, o respeito pela autoridade legítima.

Ora, temos de reconhecer que, nos nossos dias, esses valores não são,

nem privilegiados, nem defendidos. Porque o Governo, pela sua acção e o

seu exemplo, desvaloriza a exigência, não preza o rigor, foge à

responsabilidade, desincentiva o mérito e substitui a autoridade legítima

por tiques cada vez mais frequentes de autoritarismo.

No entendimento do PSD, uma sociedade justa e equilibrada

pressupõe, necessariamente, não apenas o respeito, mas o incentivo a

comportamentos e atitudes consentâneos com esses valores.

4.3. Um distinto modelo político

4.3.1. Um Estado na sua justa medida

O modo de fazer política separa-nos do PS, mas também nos separa dos socialistas a defesa de um modelo político assente em distintos pressupostos e traduzido em políticas diversas.

Na definição desse modelo político um ponto existe que é essencial: o modo radicalmente diverso como encaramos a natureza das relações que devem existir entre o Estado e a sociedade civil. Ou, dito de outra forma, a maneira como encaramos o papel que cabe ao Estado desempenhar. De facto, enquanto o PS olha para a sociedade a partir do Estado, o PSD perspectiva o Estado a partir da sociedade.

Na concepção dos socialistas, é indispensável um Estado intrusivo.

Um Estado que tutela a sociedade, que interfere na vida privada dos cidadãos, que abafa o dinamismo da iniciativa privada e das empresas.

Os socialistas são incapazes de compreender que um Estado com dimensão excessiva e que alargue a sua acção numa lógica tentacular acaba por se revelar um Estado fraco e incompetente nos domínios em que a sua intervenção mais se justifica e exige.

Há muitas áreas em que o Estado não se encontra em condições para prestar melhores serviços aos cidadãos, tal como há problemas que o Estado não tem sequer aptidão para tratar.

Isto gera um resultado duplamente negativo: os cidadãos suportam, por via dos impostos, a prestação de um serviço a que não têm acesso atempado ou em condições qualitativamente adequadas e, ao mesmo tempo, vêem-se na contingência de procurar, pagando, fora do sector público, alternativas que lhes permitam ultrapassar as debilidades ou a insuficiência deste.

É à luz desta perspectiva que devemos equacionar, nos diferentes sectores, a importância relativa dos sectores público e privado. Por exemplo, a predominância da rede de escola pública, o papel das Parcerias Público-Privadas, a função que deve caber às entidades privadas ou às Instituições Particulares de Solidariedade Social, em domínios como a saúde ou a protecção social.

A obstinação estatista do PS implica, necessariamente, que ele jamais será capaz de levar a cabo o conjunto de medidas e de reformas de que Portugal tanto carece. Porque, repita-se, sem reduzir o peso do Estado nada do que é importante poderá ser feito com permanência, com coerência e com consistência.

O PSD, pelo seu lado, fiel à sua vocação humanista, deve fazer sempre das pessoas e dos seus problemas concretos o referencial primeiro da sua intervenção política e governativa.

Isso implica defender um Estado mais pequeno, mais eficaz, mais forte no exercício da autoridade democrática. Defender um Estado que não intervenha de modo absurdo, abafando a iniciativa da sociedade civil. Defender um Estado que assuma a prioridade de promover a equidade nas relações sociais.



Afirmamos assim, sem hesitações, que o Estado não pode, nem deve, estar em todo o lado. E que o Estado – até em nome da necessidade de criteriosa utilização dos recursos públicos – deve antes centrar a sua acção naquelas que são – e devem continuar a ser – as suas obrigações indelegáveis, deixando, sem complexos, para a sociedade civil e as suas instituições, tudo aquilo – e é muito – que esta muito melhor é capaz de fazer.

Há que libertar todo o potencial de progresso e crescimento económicos de que dispõe a nossa sociedade civil.

O modelo político que propugnamos envolve, pois, uma ponderação séria sobre o papel que o Estado deve guardar para si em cada domínio: onde lhe deve caber a função de prestador directo de serviço aos cidadãos; onde lhe deve competir a missão de fiscalização; onde deve assumir a tarefa de regulador.

Não recamos a necessidade – dir-se-ia mesmo a indispensabilidade – de assumir uma visão moderna, aberta e eficiente quanto ao papel do Estado.

Essa visão em nada é confundível com as perspectivas liberais defensoras de um Estado mínimo ou limitado a um punhado de actividades ligadas ao exercício da soberania, porque, se discordamos da ideia de um Estado omnipresente, rejeitamos igualmente o conceito de Estado ausente.

Importa, por isso mesmo, ao PSD identificar as tarefas que, para além das funções de soberania, devem ser assumidas com carácter prioritário pelo Estado.

Essas são, fundamentalmente, três: a promoção da igualdade de oportunidades, a defesa dos mais fracos e vulneráveis e o incentivo à criação de riqueza.

4.3.2. A promoção da igualdade de oportunidades

Todos sabemos como, infelizmente, persistem na sociedade portuguesa situações gritantes de desigualdade e de agravamento das disparidades, nos mais diversos planos.

Situações que a incapacidade deste Governo – que sabe ser forte com os fracos, mas que vacila perante os poderosos – tem vindo a agravar de forma significativa.

Ouvimos hoje em dia falar, e porventura com demasiada frequência, de “novas” questões, de “novas” propostas e de “novos” projectos. Mas muitas vezes confundem-se “novos” problemas com “novas” dimensões dos problemas que são de sempre.

Portugal é um dos países que tem apresentado maiores dificuldades em solucionar adequadamente os problemas tradicionais, e um deles é, sem dúvida, a promoção de uma efectiva igualdade de oportunidades.

O aspecto mais chocante é, porventura, o acentuar das discrepâncias entre as condições de vida do interior e as do litoral. Mas outros exemplos se poderiam apontar.

Realizar a igualdade de oportunidades exige que o Estado seja determinado na adopção de medidas que a assegurem na prática e não apenas no plano dos princípios.

Ao Estado compete: garantir o acesso aos cuidados de saúde em condições de igualdade, independentemente da região do País em que se resida; assegurar que o direito à educação dependa apenas das capacidades de cada um e não das condições materiais de existência, que o direito a uma habitação condigna se concretize, que os cidadãos deficientes vejam afastados, na prática, os obstáculos que impedem o exercício de uma cidadania plena; criar condições acrescidas para uma integração harmoniosa dos imigrantes na nossa sociedade, valorizando o seu crescente contributo para o desenvolvimento de Portugal.

4.3.3. A defesa dos mais fracos e vulneráveis

A ênfase que colocamos na questão da igualdade de oportunidades não deve, porém, ser encarada como uma preocupação isolada, mas antes ser analisada no contexto do elemento predominante da nossa matriz política.

O PSD é um partido assumidamente social-democrata.

A centralidade das questões sociais é, para nós, uma questão de convicções. Infelizmente, tal preocupação ganha especial acuidade devido ao facto de o País ter hoje, porventura, o Governo com a mais notória insensibilidade social da história da nossa recente democracia.

Pelo nosso lado, consideramos que se vive actualmente em Portugal um “estado de emergência social”.

A gravidade dos seus contornos não autoriza que se fique à espera de, um dia, a retoma económica permitir ao mercado absorver os desempregados ou induzir a diminuição dos indicadores da pobreza. O verdadeiro teste à sensibilidade social de um Governo não se faz em momentos de abundância, mas sim nas alturas de dificuldade. Por isso entendemos que situações excepcionais requerem atitudes excepcionais. Perante uma realidade que a todos nos envergonha, e que afecta um número crescente de compatriotas, não podemos ficar de braços cruzados.

Não ignoramos, evidentemente, que a resolução estrutural desses problemas depende do crescimento da economia portuguesa. Mas constitui para nós um imperativo ético de solidariedade adoptar medidas imediatas,

orientadas pela preocupação de minorar as dificuldades que afectam os mais pobres e aqueles que se encontram privados de emprego. Essa é para nós, insista-se, uma prioridade central.

4.3.4. O incentivo à criação de riqueza

A construção de uma sociedade mais justa e mais equilibrada, que garanta aos cidadãos o acesso ao mínimo de condições de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana depende, em larga medida, da capacidade para, de forma sustentada, criar riqueza.

Esse objectivo só pode ser atingido se o Estado, em vez de se comportar como um empecilho para as empresas, se empenhar no apoio

ao empreendedorismo e à iniciativa privada.

É tempo de compreender, de uma vez por todas, que não é ao Estado que cabe criar riqueza.

Ao Estado compete definir o quadro estratégico de desenvolvimento para o País e assegurar as condições para que os agentes económicos possam, com a sua iniciativa e o seu dinamismo, elevar o País a novos níveis de crescimento económico sustentado.

Neste contexto, é fundamental salientar o papel que as pequenas e médias empresas desempenham no nosso tecido económico.

São elas que constituem a maior fonte de emprego no sector privado, mas são também elas as mais vulneráveis à pressão da competitividade global.

Não há desenvolvimento possível em Portugal sem que sejam criadas as condições adequadas à sua sobrevivência e fortalecimento.

Necessitamos, também, de apostar em políticas capazes explorar adequadamente as oportunidades proporcionadas pela “economia baseada no conhecimento”, de forma a consolidar as bases de um processo contínuo de crescimento económico.

Só assim o País será capaz de conhecer uma vaga de desenvolvimento sustentado, de longo prazo, que assegure o futuro das novas gerações e que esbata, progressivamente, as tensões sempre latentes entre solidariedade e competitividade.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de ter em conta a linha de evolução a respeitar em matéria de ambiente e de desenvolvimento



sustentável. A economia internacional depara-se, na actualidade, com riscos ambientais de múltipla natureza, que exigem uma estratégia articulada com a necessidade de contribuir para combater fenómenos de elevado risco.

A cada dia que passa o País está na contingência de cair numa situação de irrelevância internacional. Falta uma ideia para Portugal. Um sentido de orientação. Uma linha de rumo.

Este estado de coisas tem de ser modificado, substituindo o governo socialista, resignado e sem ambição, por um governo do PSD que seja capaz de devolver a Portugal o orgulho e a determinação.

Nada, absolutamente nada, justifica que o País não tenha um presente e um futuro à altura da glória do seu passado.

Mas para que o PSD convença de novo os Portugueses a devolverem-lhe as responsabilidades de governação do País, é necessário apresentar um modelo alternativo de desenvolvimento. Essa é a tarefa principal que a nós próprios nos devemos impor.

Um modelo que identifique os constrangimentos que nos afectam.

Um modelo que valorize e explore as vantagens comparativas que podemos apresentar. Um modelo de orientação reformista, de que o PSD é o único verdadeiro intérprete, constitui o modo adequado para, com determinação e sem rupturas sociais, levar a cabo as mudanças que se impõem.

O nosso passado ao leme da governação demonstra, de forma inquestionável, que os períodos de maior desenvolvimento do País coincidiram com os dos executivos que liderámos.

Em benefício do País é necessário retomar esse caminho. É necessário que o PSD represente, de novo, a esperança para Portugal. E isso vai acontecer. Com o empenho e a mobilização de todos.

5. Os próximos desafios políticos e eleitorais

5.1. A linha geral de oposição

Dissemos, logo no início, que uma moção de estratégia global tem por função apresentar, de forma coerente e estruturada, a linha de condução da actuação política do Partido. Mas é inevitável que ela aborde igualmente o tema dos desafios políticos e eleitorais com que o PSD se irá, nos próximos tempos, confrontar.

No que toca aos desafios políticos, a questão essencial a identificar prende-se com o modo como o partido, no Parlamento e no País, deve conduzir a oposição ao actual poder socialista.

Consideramos que determinadas matérias justificam a celebração de consensos políticos alargados que envolvam, nomeadamente, as principais forças partidárias.

O caso da política europeia é paradigma dessa situação. Mas outras áreas há em que tais consensos são desejáveis e decorrem do nosso sentido de responsabilidade.

Um ponto é, para nós, essencial. A acção política do PSD deve ser conduzida pela estrita prossecução e defesa do interesse nacional. Mas, se compreendemos que há momentos e, sobretudo, domínios, em que os consensos alargados são desejáveis, entendemos igualmente que a sua multiplicação, sob a forma dos habitualmente designados "pactos de regime", deve ser evitada.

O nosso sentido de responsabilidade conduzirá o modo como nos comportaremos na oposição. Uma oposição firme, determinada e séria.

Uma oposição firme na defesa das nossas convicções, das nossas ideias e das nossas propostas. Uma oposição determinada na crítica e na contestação aos projectos e às medidas que merecerem a nossa fundada discordância. Uma oposição séria, que não rejeite uma iniciativa só pelo simples facto de provir do Governo ou do PS.

É esta atitude que nos dará autoridade e crédito quando afirmarmos as nossas discordâncias do Governo.

5.2. Os desafios eleitorais

Todos sabemos que os maiores desafios que o PSD tem pela frente são os diversos actos eleitorais que terão lugar já a partir de Outubro deste ano.

A estratégia para as eleições nos Açores está já definida pela estrutura regional do partido. Enquanto "Partido da Autonomia" o PSD empenhar-se-á e dará todo o seu apoio aos nossos companheiros nesta Região Autónoma, para a vitória eleitoral que todos ambicionamos.

A forte presença autárquica e o trabalho notável que os autarcas social-democratas têm vindo a desenvolver constituem, desde sempre, facetas que muito contribuíram para a afirmação nacional do nosso partido. Merece especial nota o facto de, mesmo quando nos encontramos na oposição na Assembleia da República, termos conseguido manter uma posição de primazia, quer nos municípios quer nas freguesias.

Não podemos ignorar, igualmente, o potencial efeito negativo de contágio que um desaire nas eleições legislativas pode representar sobre as eleições autárquicas. Por tudo isso, devemos colocar um empenho especial

na mobilização e no envolvimento de todo o partido na preparação desse acto eleitoral.

Para que o sucesso que ambicionamos se concretize, o PSD deve prosseguir uma orientação assente em quatro pilares fundamentais:

- Procurar, ao nível de cada autarquia, apresentar os melhores candidatos - aqueles que estiverem em condições de protagonizar um projecto sério e coerente de desenvolvimento e se encontrem em melhores condições de compreender e responder aos anseios das populações locais;

- Reconhecer o trabalho realizado por aqueles que actualmente exercem funções de Presidente da Câmara, candidatando-os a novo mandato sempre que possível e desde que estejam disponíveis para o fazer;

- Garantir que o modo de selecção dos candidatos se faça em articulação entre as estruturas concelhias, as estruturas distritais e a direcção política nacional, no respeito integral pelas disposições estatutárias que regulam esse processo;

- Apreciar, caso a caso, a atitude a assumir nas situações em que o partido se apresentou, nas eleições anteriores, em coligações com outras forças partidárias.

As eleições para o Parlamento Europeu são, igualmente, merecedoras de cuidada atenção.

O PSD é, desde sempre, uma força política marcadamente europeísta, tendo sido largamente responsável pelo êxito de que se revestiu para Portugal a opção pela adesão às Comunidades Europeias.

Consideramos muito importante a participação portuguesa no único órgão da União Europeia eleito directamente pelos povos e entendemos que a campanha eleitoral deverá constituir um momento para promover o debate sobre os temas europeus e para uma maior mobilização dos cidadãos.

Partimos para as eleições europeias com o objectivo de as ganhar, em listas próprias e não em coligação com qualquer outra força partidária. O nosso desígnio central é, porém, a vitória nas eleições legislativas.

Ao contrário do que muito se apregoa, o destino dessas eleições não está traçado. É possível derrotar o PS. O PSD pode fazê-lo se estiver unido em torno de uma liderança credível e de um projecto alternativo coerente.

Para que isso ocorra é indispensável que sejamos capazes de alargar a nossa área de influência política, o que significa que o PSD não se pode fechar sobre si próprio, tem de antes procurar e conseguir atrair o apoio de novos sectores do eleitorado, contando com a colaboração de entidades da sociedade civil e de cidadãos independentes que se identifiquem com as nossas ideias para Portugal.

Devemo-nos apresentar ao eleitorado com um projecto político próprio e diferenciado dos demais, em ordem a que os Portugueses possam, em consciência, fazer a escolha do que consideram melhor para o País. O caminho passa por nos apresentarmos sozinhos a estas eleições, recusando entendimentos, seja de que tipo for, com outros partidos políticos.

O nosso objectivo eleitoral é claro: Vencer.

POR PORTUGAL, PELO PSD!



Actividades do PSD

Conferência de Imprensa de Ribau Esteves: contas em ordem, passivo do PSD reduzido de 13,6 milhões, para 11 milhões

O secretário-geral do PSD comunicou no dia 23 de Maio às candidaturas à liderança do partido, que o universo eleitoral é de 77.088 militantes, com direito de voto nas eleições directas do próximo sábado, mais 13.346 do que nas directas de Setembro de 2007.

A comissão eleitoral do PSD - composta pelo secretário-geral, José Ribau Esteves, e pelos representantes das quatro candidaturas às eleições directas para a liderança do partido - esteve reunida hoje à tarde em Lisboa.

De acordo com os representantes de duas das candidaturas, José Ribau Esteves comunicou na reunião que 76.388 dos cerca de 150 mil militantes do PSD pagaram as suas quotas até ao prazo limite, quarta-feira da semana passada, e poderão votar no próximo sábado.

Do total de militantes com capacidade eleitoral, 71.725 são de secções do PSD de Portugal continental, 801 dos Açores, 2.500 da Madeira e 1.362 pertencem a secções da emigração, segundo tinham adiantado à agência Lusa os representantes das duas candidaturas.

Nas eleições directas de Setembro do ano passado 63.042 militantes estavam em condições de votar, segundo o secretário-geral do PSD, o que significa que houve um acréscimo de 13.346 inscritos nos cadernos eleitorais.

Os cadernos eleitores têm de ser enviados hoje às secções do PSD, de acordo com o regulamento eleitoral e essa operação está em marcha, devendo estar concluída na próxima segunda-feira.

Segundo Ribau Esteves, nas directas de há oito meses havia, em condições de votar, “menos cerca de seis mil militantes” dos que actualmente existem; e votaram “cerca de 39 mil”, o que corresponde a 62 por cento do total com direito de voto, na altura

Os militantes do PSD puderam pagar as suas quotas nas secções do partido, nos correios ou por multibanco até à meia-noite de quarta-feira da semana passada.

O Secretário-Geral relembrou, ainda, que as moções dos candidatos estavam, há vários dias, disponíveis no site do PSD e esclareceu que os boletins de voto tinham os nomes dos candidatos distribuídos por ordem de entrada das candidaturas e que é a seguinte: Mário Patinha Antão; Pedro



Santana Lopes; Manuela Ferreira Leite e Passos Coelho. Resta acrescentar que a foto dos candidatos se seguirá ao seu nome e que a grafia dos nomes foi a escolhida por cada candidato.

Ribau Esteves disse ainda que deixava as contas do Partido de 2006/07 fechadas e consolidadas com 87,5% das contas das 352 estruturas exteriores do Partido, melhorando em 16,5% sobre o ano anterior o número de estruturas que tinham apresentado contas, lamentando não ter conseguido os 100% que eram o seu objectivo.

Conseguiu também, nestes seis meses, uma muito substancial redução dos fluxos internos de capital, deixando o caminho aberto para uma normalidade e integral cumprimento da Lei dos financiamentos dos Partidos Políticos

Desta forma, o passivo do partido diminuiu 2,6 milhões durante o ano de 2007, passando de 13,6 milhões para 11 milhões de euros. “Estão encerradas as contas. O passivo do PSD no ano de 2007 baixou 2,6 milhões de euros, o que dá cerca de 19 por cento de passivo a menos à data de 31 de Dezembro de 2007, comparando com 31 de Dezembro de 2006”, “e este é um caminho no sentido positivo, obviamente mérito do trabalho que o meu antecessor, dr. Miguel Macedo, realizou até meados de Outubro e do meu próprio trabalho no último

trimestre do ano de 2007”, acrescentou o secretário-geral do PSD.

“Há uma evolução de sentido positivo” e que “o partido tem todas as boas condições perspectivadas para continuar a melhorar substancialmente a sua gestão financeira e o cumprimento da lei de financiamento dos partidos políticos”.

Terminou as suas declarações numa nota pessoal, revelando que, a esse nível, apoia a candidatura à liderança do partido de Pedro Santana Lopes, qualificando de “inacreditável, absurda e errada a decisão do dr. Luís Filipe Menezes de se demitir e de não se recandidatar”.

“Não é confortável ser secretário-geral demitido por inércia. Estou legalmente e politicamente amarrado à minha função, quando o líder do partido se demitiu e saiu de cena. É a vida, como diria o engenheiro Guterres que a democracia levou. Uns foram levados pelo pântano de Portugal, outros pelo pântano do PSD”, observou.

Questionado sobre a explicação para a demissão de Luís Filipe Menezes de presidente do PSD, Ribau Esteves disse que essa “é a mais difícil das perguntas”, que não sabe responder-lhe e que “gostava muito um dia de ter a resposta completa e total para ela”.

O seu voto “vai para o dr. Pedro

Santana Lopes” por entender que tem “claramente o melhor projecto, de renovação e de fortalecimento pela base, para o partido e para Portugal”.

“Tem um exercício de solidariedade activa para com o seu partido em momentos cruciais e capitais. Tem também comprovadamente uma capacidade de lutar e de ganhar rara, um claro sinal de mobilização de vontades num país que está ávido de gente que saiba interpretar os sentimentos dos portugueses e mobilizá-los”, referiu.

Ribau Esteves acrescentou que se revê na “tipologia de partido” defendida pelo ex-primeiro-ministro, “esse PSD dos militantes, esse PSD que sabe que a sua fortaleza principal está na militância e no trabalho político dos que multiplicam diariamente próximo de todos os cidadãos a mensagem do partido”.

O secretário-geral do PSD justificou ainda o seu apoio a Pedro Santana Lopes considerando que é o candidato com “a relação mais próxima com Portugal” e que o facto de ter sido “autarca executivo” é “uma mais valia muito importante”.

Mas sobre a sua relação com Luís Filipe Menezes, sublinhou que, apesar da súbita demissão e enquanto durou, foi “muito feliz” no trabalho que desenvolveram em conjunto. “A única discordância total e absoluta que tive



foi ele se ter afastado de mim e de nós todos – eu não me afastei dele”, reiterou. – **Povo Livre, c/ Lusa**

Assembleia da República debate um projecto de resolução do PSD sobre o “Acompanhamento dos Fluxos Migratórios Portugueses para o Estrangeiro”



A Assembleia da República vai debater sexta-feira um projecto de resolução do PSD sobre o “Acompanhamento dos Fluxos Migratórios Portugueses para o Estrangeiro”, no qual o partido defende um maior apoio social dos serviços consulares.

“Tem de haver um maior apoio social dos serviços consulares”, disse à Agência Lusa o deputado do PSD pela Europa, Carlos Gonçalves.

Sublinhando que o PSD anda “há três anos a chamar a atenção do Governo para os fluxos migratórios”, o deputado criticou o que considerou ser o “total desinvestimento nos recursos humanos” dos consulados.

“Um dos casos mais flagrantes é o da Holanda e do Reino Unido. Na Holanda (onde surgiram várias denúncias de portugueses explorados), desde que o Governo chegou, desapareceu a conselheira social, já não existe o técnico social e o consulado, que foi reduzido a secção consular, não tem vice-cônsul e não tem chanceler, apenas quatro administrativos”, exemplificou Carlos Gonçalves.

“É inacreditável deixarem uma secção consular numa situação destas”, disse o deputado, acrescentando que no Reino Unido “a situação é idêntica”.

Além do apoio social, o projecto de resolução do PSD defende também a criação de um Observatório da Emigração e a monitorização dos fluxos migratórios, medidas que já foram entretanto tomadas pelo Governo.

“O nosso projecto deu entrada (na

Assembleia da República) a 13 de Março. Que o Governo se tenha inspirado nele para tomar decisões, tudo bem”, referiu Carlos Gonçalves, antigo secretário de Estado das Comunidades.

No projecto de resolução, o PSD alerta que “o desempenho negativo da economia portuguesa ... tem vindo a remeter muitos milhares de cidadãos portugueses para a aventura da emigração”.

“Dados recolhidos junto de diversas organizações que desenvolvem a sua acção junto das nossas comunidades no estrangeiro (...) levam-nos a concluir que desde há cerca de quatro anos estão a abandonar o nosso país mais de 100 mil portugueses por ano – o que permite ao Governo, sem esforço, apagar 100.000 cidadãos da lista dos desempregados...” ironizou.

Para o PSD, este fenómeno migratório “só encontra paralelo na primeira metade do século XX, aquando da emigração massiva para o Brasil, e nos anos da guerra colonial”.

O PSD considera também que o Governo deve tomar medidas para fazer face a fenómenos paralelos como as redes de contratação ilegal, a violação dos direitos dos trabalhadores, situações de quase escravatura e as dificuldades de acesso à educação e à formação, entre outros.

Por isso, defende que além do acompanhamento dos fluxos migratórios, o Governo deve “criar equipas multidisciplinares de apoio social no âmbito dos serviços consulares dos principais destinos dos actuais fluxos migratórios os quais deverão incluir especialistas em serviço social, sociologia e psicologia”.

“O apoio social desenvolvido por estas equipas deverá envolver as associações de cidadãos portugueses, que, para o efeito, poderão ter acesso a incentivos especificamente destinados à criação de uma verdadeira rede social para as comunidades portuguesas”, segundo o projecto de resolução.

O PSD pretende ainda que sejam criadas “estruturas especializadas no apoio ao retorno de emigrantes, a funcionar em Câmaras Municipais, Centros Regionais de Segurança Social, Centros de Emprego e delegações do AICEP”.

PSD acompanhado pelo CDS, questionam o Governo, sobre a actuação da ASAE

«Tem algum jeito, numa altura em que se fala de crise mundial de fome, andarmos a deitar fora compotas que eram de instituições de caridade?»

PSD e CDS-PP questionaram, no dia 28 do mês passado, o Governo, sobre a actuação da ASAE, com os sociais-democratas a interrogarem o ministro da Economia sobre que

acções de inspecção têm sido realizadas em casino, nomeadamente quanto ao cumprimento da lei do tabaco.

“Quais as acções de inspecções e os seus resultados feitas pela ASAE aos casinos e salas de jogo, nomeadamente em sede de cumprimento da lei do tabaco”, questiona o deputado do PSD José Eduardo Martins, num requerimento hoje entre na Assembleia da República dirigido ao ministro da Economia, Manuel Pinho.

No requerimento, José Eduardo Martins tece duras críticas à actuação da ASAE, nomeadamente à “pouca ponderação e bom-senso” de alguns inspectores, sobretudo junto “dos agentes económicos mais ‘fracos’, desprotegidos e vulneráveis do mercado”.

“Tem vindo a ser frequente o desequilíbrio na balança das actuações da ASAE entre, por um lado, a disciplina, o bom senso, a informação e a pedagogia - atributos praticamente ausentes do seu modelo de actuação - e, por outro lado, a agressividade dispensável e a espectacularidade excessiva dessas intervenções. Isto,



sobretudo, com os elos mais fracos da cadeia social e económica do país”, lê-se no requerimento.

No texto entregue pelo deputado social-democrata é ainda recordado a recente “rigorosa aplicação” dos regulamentos comunitários às cozinhas das instituições de solidariedade social, proibindo estas entidades de aceitarem doações de alimentos.

“Mas, a estigmatização e a discriminação social e económica patente na actuação da ASAE agudiza-se quando comparamos as posturas atrás descritas como a abordagem que é feita ASAE, por exemplo, ao sector de estabelecimentos de jogos de fortuna e azar, ‘maxime’, os casinos”, refere ainda José Eduardo Martins.

A este propósito, José Eduardo Martins recorda que o presidente da ASAE fumou num casino poucas horas depois da entra em vigor da lei que proibiu o fumo em locais públicos fechados.

Porém, acrescenta ainda o deputado social-democrata, nessa ocasião, o presidente da ASAE considerou que a nova lei “não proíbe expressamente o tabaco nos casinos e nas salas de jogos”, justificando essa sua tese com a existência de “um conflito de interesses com a lei do jogo”.

“Só que não compete aos directores gerais fazer a interpretação autêntica das leis... e ‘in casu’, nem devia ter voltado a opinar”, defende José Eduardo Martins, que questiona, então, o ministro da Economia sobre as acções de inspecção que a ASAE tem vindo a fazer aos casinos e salas de jogo, nomeadamente “em sede de cumprimento da lei do tabaco”.

Noutro requerimento também hoje entregue na Assembleia da República, o ministro da Economia é ainda questionado pelo CDS-PP sobre as declarações da directora do Norte da ASAE que “criticam a aplicação dos regulamentos comunitários sobre higiene e segurança alimentar às instituições de solidariedade social.

Na terça-feira, a directora da ASAE no Norte, Fátima Araújo, criticou

algumas inspecções que obrigaram instituições de solidariedade social a deitar comida fora e pediu aos inspectores para serem “suficientemente sábios” para compatibilizar gastronomia tradicional com segurança alimentar.

“Tem algum jeito, numa altura em que se fala de crise mundial de fome, andarmos a deitar fora compotas que eram de instituições de caridade”, insurgiu-se Fátima Araújo.

Considerando que estas declarações demonstram “uma posição de sensatez e responsabilidade social que contrariam a acção e declarações mais recentes de outros altos responsáveis da ASAE”, o CDS-PP questiona, então, o ministro da Economia sobre o que pensa sobre “esta divergência”.

Além disso, os democratas-cristãos interrogam ainda Manuel Pinho sobre “quais as medidas que tomará para corrigir esta situação”. – **Fontes: Lusa, DN**

Duarte Freitas

“Sabores dos Açores” promovidos em Bruxelas por Durão Barroso e Pauleta a convite de Duarte Freitas



O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, e o futebolista Pedro Pauleta tornaram-se ontem em Bruxelas confrades do Queijo de São Jorge e do Vinho do Pico, respectivamente, numa cerimónia de promoção dos produtos tradicionais açorianos promovida no Parlamento Europeu pelo Deputado europeu do PSD Duarte Freitas e que contou com a presença da Comissária Europeia para a Agricultura e Desenvolvimento Rural Mariann Fischer Boel, Embaixador português na Bélgica e de vários representantes da comunidade portuguesa em Bruxelas.

Na sua intervenção, Durão Barroso destacou que “que devemos numa Europa unida respeitar cada vez mais as tradições locais e regionais e acho sinceramente que faz parte da nossa cultura europeia e neste caso portuguesa o respeito por aquilo que são denominações de origem”.

Salientando que a legislação comunitária protege estes produtos, precisamente por se tratar da defesa da diversidade cultural e da identidade europeia, o presidente da Comissão lembrou que o Queijo de São Jorge foi um dos produtos que mereceu a atribuição de denominação de origem.

Por seu lado, o “internacional”

português Pedro Pauleta, natural dos Açores e confrade do Vinho do Pico, disse ser “uma honra enorme representar Portugal e os Açores” na cerimónia, após a qual Barroso fez questão de brindar “ao futuro dos produtos tradicionais dos Açores, de Portugal e da Europa”.

Na sua intervenção, Duarte Freitas agradeceu a Durão Barroso e Pauleta, “dois amigos dos Açores”, que emprestarem “o seu nome e prestígio a dois produtos típicos dos Açores”.

Este evento nasceu da vontade da Confraria do Queijo de São Jorge de fazer seu Confrade o Dr. Durão Barroso, a que se juntou a iniciativa da

sua afilhada, a Confraria do Vinho do Pico, de entronizar Pedro Pauleta.

O Queijo de São Jorge é uma Designação de Origem Protegida e um dos produtos agrícolas mais afamados dos Açores. Por seu lado, o vinho Verdelho da ilha do Pico é um Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Demarcada (VLQPRD), sendo testemunha de uma tradição vitícola centenária, cuja paisagem foi consagrada património mundial pela UNESCO.

– do nosso Correspondente



Vasco Graça Moura

Nova distinção do Presidente italiano

Vasco Graça Moura, escritor e Deputado Europeu vai ser distinguido pelo Presidente da República italiano, Giorgio Napolitano com a condecoração de “Grande Ufficiale dell’Ordine della Stella della Solidarietà Italiana”.

A cerimónia de entrega do Diploma e a respectiva condecoração terá lugar, por ocasião da Festa Nacional da Itália, na Embaixada de Itália em Lisboa, no próximo dia 2 de Junho cerca das 20.00 horas., por Sua Excelência o Embaixador de Itália em Portugal Luca del Balzo di Prezenzano.

– Do nosso correspondente



Comemorações do 10 de Junho

As Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, organizadas pela Autarquia Aveirense em colaboração com o Núcleo de Aveiro da Liga dos Combatentes e da Associação dos Combatentes do Ultramar Português, este ano serão dedicadas aos antigos combatentes na Guerra do Ultramar naturais de Aveiro. As acções vão decorrer nos dias 6 e 10 de Junho.

O programa das comemorações inicia a 6 de Junho, com um plano que pretende envolver a comunidade local. Neste sentido foi lançada a proposta às escolas dos primeiro, segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, de construção de um mural com fotografias legendadas de familiares e/ou conhecidos que participaram na guerra, que apresente imagens da sua presença nos vários locais do conflito.

Será uma forma de partilhar um episódio da sua história familiar que se cruza com a história colectiva nacional. A actividade terá lugar na Sala da Antiga Biblioteca da Casa Municipal da Cultura – Edifício Fernando Távora, pelas 10.30 horas, ficando patente até 10 de Junho. Os participantes devem manifestar o seu interesse em colaborar até dia 4 de Junho pelo telefone 234 406 485 ou e-mail museucidade@cm-aveiro.pt. O contributo deverá ser com fotografias impressas em folhas A4 com legenda incluindo: nome, local, batalhão e companhia, momento e ano.

Paralelamente a esta vertente centrada na vivência dos militares, decorrerá um colóquio sobre a perspectiva feminina da guerra, intitulado “O lado feminino da Guerra do Ultramar” que se vai realizar no dia



6, das 14.30 às 18.00 horas, no edifício da Antiga Capitania. É seu objectivo abordar a presença das mulheres portuguesas na guerra, quer enquanto profissionais ao serviço das Forças Armadas e do Estado, quer na sua função de esposas e mães de combatentes, ou ainda no papel de apoio e de missão na retaguarda como madrinhas de guerra e membros do Movimento Nacional Feminino. O colóquio tem entrada livre, mas os interessados devem fazer inscrição prévia direccionada ao Museu da Cidade por e-mail (museucidade@cm-aveiro.pt) ou telefone 234 406 485.

O colóquio, coordenado por Manuela Cruzeiro (Centro de Documentação 25 Abril), contará com a presença de Sílvia Espírito Santo (Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais – Universidade Aberta); Maria Eugénia Pinho (Professora do Ensino Secundário e Mestre em História Económica e Social Contemporânea); Margarida Calafate Ribeiro (Centro Estudos

Sociais da Universidade de Coimbra). A segunda parte é dedicada aos testemunhos de duas mulheres que passaram pelos locais de conflito: Maria Ivone Quintino Reis (Capitão Enfermeira Paraquedista em acção militar no Ultramar de 1961 a 1973) e Aida Viegas (Professora e co-autora de diversas publicações relacionadas com o papel da mulher no Ultramar).

O dia 10 de Junho está reservado à homenagem oficial que incluirá o descerramento de uma lápide, junto ao monumento ao Soldado Desconhecido, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho (10.30 horas), dedicada aos militares do concelho de Aveiro que participaram na Guerra do Ultramar, em particular dos que, por força das contingências inerentes ao conflito armado, lamentavelmente perderam a vida ao serviço do país. A terminar será, também, celebrada uma missa, na Igreja da Misericórdia, pelas 12.00 horas. Também no dia 10, às 10.00 horas haverá o Hastear da bandeira e entoação do Hino Nacional na Praça da República. – *Gab. Imp. CM Aveiro*

Projecto “FelizIdade”

Cerca de 180 idosos do Projecto “FelizIdade” estiveram presentes no jogo de Hóquei entre o FC Bom Sucesso e Riba d’Ave HC, que se

realizou no Sábado, no Pavilhão do Futebol Clube Bom-Sucesso.

Esta actividade que surge no âmbito do Projecto “FelizIdade”, levou cerca de 180 idosos de diversas instituições e entidades do Concelho a assistir a esta partida de hóquei, seguida de um jantar convívio. A acção foi organizada pela Câmara Municipal de Aveiro, com o apoio das Juntas de Freguesia de Cacia, de São Bernardo, da Glória e de Eírol.

O Projecto “FelizIdade” tem por objectivos contribuir para melhorar a qualidade de vida da população sénior, prevenindo e minimizando alguns efeitos do envelhecimento; estimular a vida activa e quebrar o ciclo da solidão e isolamento, oferecendo actividades de manutenção e de recreação para os tempos livres e de lazer; viabilizar uma rede de equipamentos e infra-estruturas que acolham as iniciativas específicas para esta população; desenvolver a cooperação institucional; concretizar, ao nível de serviços municipais, uma resposta articulada e coerente, adequando o nível de intervenção às competências municipais; motivar e sensibilizar os idosos para a importância e pertinência das actividades desportivas; proporcionar espaços de convívio entre os participantes; e estimular a prática desportiva integrante e integradora de outras áreas de intervenção. - **CM/Aveiro**



Projecto “Rios”

Organizada pela Delegação de Aveiro da ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental – em parceria com a Câmara Municipal de Aveiro, a formação que surge no âmbito da Bandeira Azul 2008, tem como finalidade ajudar os participantes na concepção e programação de planos de acção de intervenção junto de rios e ribeiras no âmbito do Projecto RIOS, integrando, igualmente, o tema da Campanha Bandeira Azul da Europa 2008 – Alterações Climáticas e o seu

impacte ambiental.

Durante dois dias serão proporcionadas competências e conhecimentos adequados sobre o Projecto RIOS e saídas de campo, com preenchimento de ficha de campo. A aprendizagem será feita recorrendo a metodologias interactivas, dinâmicas, jogos didácticos, trabalhos de grupo e saídas de campo que facilitem depois o trabalho dos grupos de voluntários do projecto RIOS.

Com a duração total de 16 horas, a formação tem como pressupostos conhecer as potencialidades e

limitações dos materiais do Projecto Rios, enquanto auxiliares pedagógicos; identificar, seleccionar e utilizar de forma adequada as ferramentas do projecto; conceber e realizar uma saída de campo de monitorização; e, por fim, criar e programar planos de acção para a adopção de troços de rios e ribeiras.

Informações complementares:

O Projecto RIOS, com origem na Catalunha e mais tarde na Galiza, foi lançado em Portugal pelas Associação Portuguesa de Educação Ambiental e

Associação de Professores de Geografia. O Projecto tem como principal pressuposto concretizar um plano de adopção de um rio ou de uma linha de água de menor dimensão para a conservação dos espaços fluviais. Neste contexto, será possível aprender a valorizar a sua importância, implementar uma rede nacional através da observação, monitorização, vigilância, visando a conservação e adopção de diferentes troços de rios.

– CM Aveiro

Notícias de Cascais

Milhares de crianças celebraram o seu “Dia Mundial”



No Dia Mundial da Criança, que se assinalou no dia 1, a Vila de Cascais foi anfitriã de uma festa que anualmente atrai milhares de crianças. Transformada num autêntico “parque de diversões ao ar-livre”, a zona de Baía convidou a muita alegria e divertimento ao longo de todo o dia.

A Baía de Cascais e a Praça 5 de Outubro receberam, das 10 às 18 horas, dezenas de actividades desportivas que vão desde o slide, escalada, trampolim, canoagem, jogos tradicionais, rãguebi de praia e ginástica, que prometem alegrar a pequenada.

Mas não são só as actividades físicas que marcam presença. No âmbito da política de prevenção que a Câmara Municipal de Cascais desenvolve durante todo o ano, pais e crianças terão, no parque de estacionamento da Cidadela, acesso gratuito ao centro de inspecção de cadeiras desenvolvido pela APSI – Associação para a Promoção da Segurança Infantil, bem como a um circuito de prevenção rodoviária montado em frente ao Hotel Baía.

Ateliês para todos os gostos – reciclagem, modelagem, máscaras de gesso, pinturas faciais, xadrez, leitura, ciências, inglês e matemática – vão diversificar as actividades de um dia que, à semelhança de outros anos, promete encher as ruas de Cascais de muita alegria e divertimento. - CMC

Apresentação do romance «O Grito do Silencia Ferido» na Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana

No sábado passado, a Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana acolheu a apresentação do novo romance do escritor Miguel Barbosa. Com a freguesia

da Parede nos anos 50 por cenário da acção, a obra intitula-se “O Grito de Silêncio Ferido”.

Sob a égide da editora Nova Vega, o romance do escritor proporciona imagens de grande riqueza literária e evidencia poder de síntese e análise psicológica, por parte do seu autor. Ao longo das mais de 200 páginas, Miguel Barbosa mistura sábia e pensadamente o drama e a poesia. Em cada linha, o autor deixa transparecer um rasto de humanidade, através da experiência de vida das suas personagens que cogitam sobre a sua própria existência.

Miguel Barbosa nasceu a 23 de Novembro de 1925, em Lisboa.

Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pela Universidade de Lisboa, é escritor, poeta, dramaturgo e pintor. É autor de uma vastíssima obra literária, editada em várias línguas. As suas peças de teatro foram encenadas no Brasil, em Espanha, França e na Alemanha. Assina com o pseudónimo de Rusty Brown uma colecção de romances policiais. Está incluído na Antologia 23 Escritores Portugueses do Século XX, de Nelly Novaes Coelho.

- CMC



PSD viabiliza a revitalização da Baixa-Chiado

O presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau (PSD) afirmou na semana passada que os sociais-democratas viabilizaram na Assembleia Municipal a estratégia para a revitalização da Baixa lisboeta, ao aprovarem a delimitação da área crítica de intervenção.

Em declarações à Agência Lusa, António Manuel referiu que o PSD, juntamente com o PCP, votou na terça-feira, na Assembleia Municipal de Lisboa, apenas contra o relatório-síntese das alterações do Plano da Baixa-Chiado de 2006, que “desvirtuavam o espírito do plano”.

O autarca sustentou que foram viabilizados pelo PSD, que tem a maioria na Assembleia Municipal, dois documentos estratégicos para a revitalização da Baixa-Chiado.

Um primeiro, relativo à definição da Baixa-Chiado como “área crítica de intervenção”. Um segundo, que prevê a criação de uma “equipa consultiva”, a realização “imediata” de um projecto de arquitectura, a definição de “dois quarteirões-modelo” de intervenção e a “suspensão do Plano Director Municipal até à conclusão dos projectos ou entrada em vigor do Plano de Pormenor da Baixa Pombalina”.

O presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau frisou que, por sua iniciativa, foram integrados na estratégia de revitalização da Baixa-Chiado os dois quarteirões que confinam com as ruas da Vitória, do Crucifixo, da Assunção, do Ouro e dos Sapateiros.

Foram tidos em conta na definição dos “quarteirões-modelo” três critérios: centralidade, multifuncionalidade (“têm uma igreja, um lar, comércio, serviços e habitação”) e a existência de prédios “em elevada degradação”.

Com a suspensão do Plano Director Municipal, instrumento de ordenamento do território, será possível avançar, de acordo com António Manuel, com os projectos do Museu do Banco de Portugal na Igreja de São Julião, de um elevador para o Castelo a partir da Rua dos Fanqueiros, do Museu do Design e Moda na antiga sede do Banco Nacional Ultramarino e de um jardim nos terraços do quartel da GNR no Carmo, um espaço ocupado por barracões. - Lusa



Estruturas representativas do PSD voltam a funcionar no Concelho



O PSD conseguiu reunir um número de militantes suficiente para reactivar as suas estruturas representativas no concelho de Constância, elegendo sábado a primeira comissão política e mesa da assembleia concelhia depois de quase 14 anos sem órgãos eleitos.

Vasco Cunha, presidente da distrital social-democrata de Santarém, disse hoje à agência Lusa que o candidato à concelhia, António Oliveira, tem sido o principal dinamizador da militância do partido em Constância.

António Oliveira já foi vereador pelo PSD na Câmara Municipal de Santarém, tendo regressado recentemente ao seu concelho de origem, onde iniciou um processo de reactivação do partido.

O PSD chegou a deter a Câmara Municipal de Constância “nos tempos da primeira Aliança Democrática”, mas a perda da autarquia, da militância e da base de apoio levou a um apagamento local do partido, disse.

“Nos últimos meses tentou-se reconstruir o PSD histórico, com antigos autarcas e antigos militantes, ao mesmo tempo que se conseguiram novas filiações”, afirmou, acrescentando que neste momento a concelhia conta com pouco mais de meia centena de militantes.

Nas últimas eleições autárquicas, o PSD concorreu em coligação com o CDS-PP, tendo eleito Elsa Jofre para a Assembleia Municipal.

- Lusa

Notícias de Portimão

Contra a falta de transparência das contas das Sociedades Anónimas de iniciativa municipal.

O Vereador do PSD, Pedro Martins, apresentou, na sessão de câmara do passado dia 28, uma proposta, que colheu também o voto do Vereador do PCP, tendo o Executivo Socialista acompanhado pelo Vereador Independente votado contra.

Eis o texto apresentado:

Considerando o número de empresas Sociedade Anónima de iniciativa da Câmara Municipal de Portimão, nomeadamente: RioAdentro, S.A; Expoarade Estrutura, S.A; MMP, SA; Eventos do Arade S.A;

Considerando que os encargos assumidos com essas empresas envolvem montantes elevados que oneram as contas municipais por prazos que chegam aos 25 anos;

Considerando que o próprio parecer do Revisor oficial de contas expresso na certificação legal das contas de 2007 da Câmara Municipal de Portimão diz “... que existem compromissos financeiros de longo prazo com várias entidades (entre elas empresas detidas pelo Município) e que não estão reflectidas no balanço... A lista com os principais compromissos, por fornecedor, deveria ser objecto de divulgação.”

Venho por este meio propor, a bem da transparência que deve nortear a utilização de dinheiros públicos:

Que a informação sobre os encargos financeiros, de curto, médio e longo prazo, assumidos pela Câmara Municipal de Portimão, directa ou indirectamente, com as empresas nas



quais detêm participações sociais, nomeadamente através de eventuais contratos-programa ou outros mecanismos, esteja disponível no sítio electrónico da Câmara Municipal de Portimão

Que os relatórios de actividade, os relatórios de gestão e demonstrações financeiras anuais das empresas Sociedade Anónima de iniciativa municipal, nomeadamente: RioAdentro, S.A; Expoarade Estrutura, S.A; MMP, SA; Eventos do Arade S.A; sejam publicitados através

dos sítios electrónicos de cada uma das empresas em causa, bem como no sítio electrónico da Câmara Municipal de Portimão.

Que a composição dos órgãos sociais de cada empresa, assim como os elementos curriculares de cada um dos seus membros, sejam publicitados através dos sítios electrónicos de cada uma das empresas em causa, bem como no sítio electrónico da Câmara Municipal de Portimão.

Que as remunerações totais, variáveis e fixas auferidas, seja qual for a sua natureza, em cada ano, por cada membro dos órgãos sociais, e com a sua prévia autorização, sejam publicitados através dos sítios electrónicos de cada uma das empresas em causa, bem como no sítio electrónico da Câmara Municipal de Portimão. (A informação deverá incluir utilização de veículo automóvel, cartão de crédito e outros benefícios). - **Pedro Martins, Vereador do PSD na CMP**

Notícias de Palmela

A plataforma logística do Poceirão

O PSD de Palmela, através do seu grupo na Assembleia Municipal, solicitou por via de requerimento informações à CM Palmela relativamente a vários aspectos sobre a implementação da Plataforma Logística de Poceirão, e que se prendem com o bem estar das populações abrangidas pela área de influência da referida plataforma, nomeadamente questões de natureza ambiental (qualidade do ar e da água), bem como das consequências decorrentes do atravessamento nos

acessos locais à plataforma.

Este requerimento, decorre de várias intervenções e preocupações suscitadas nos últimos tempos pelo PSD/Palmela, veiculadas quer através da comunicação social, quer na Assembleia Municipal, e que até ao momento não obtiveram qualquer resposta objectiva por parte da Autarquia, que a nosso ver, e pela natureza das suas atribuições, há muito que já deveria ter actuado, no sentido de responder às nossas solicitações, bem como às preocupações da

população.

Quanto à vertente ambiental, solicitámos esclarecimentos sobre as implicações que a proximidade do empreendimento poderá ter futuramente junto das populações, nomeadamente quanto à qualidade do ar (ruído e emissão de gases), da água (eventual contaminação dos aquíferos), se não forem respeitadas as medidas apropriadas.

No que se refere às barreiras físicas, provocadas pelos acessos rodoviários, manifestámos a nossa

preocupação quanto à ocupação de terras (expropriações), e ao contacto social existente entre as pessoas pela sua proximidade.

O PSD Palmela, irá continuar atento ao desenvolvimento da situação, esperando da parte da Autarquia, todas as respostas às nossas dúvidas, acautelando deste modo os interesses legítimos da população.

- CPS/PSD-Palmela

Notícias dos Açores

Aerogare das Lajes continua com “graves carências”

O PSD da ilha Terceira alertou para a falta de um plano de emergência integrado na Aerogare das Lajes, juntando essa carência a várias outras “de carácter técnico e administrativo” que afectam o normal funcionamento da principal porta de entrada na ilha Terceira.

A declaração foi feita pelo líder local do partido, António Ventura, após uma reunião com os responsáveis da Aerogare, tendo considerado grave que “uma estrutura que se manteve em funcionamento, com as obras em curso, não tenha definida uma solução completa para situações de emergência”, para além de frisar a “grande dependência da parte militar para qualquer tipo de ocorrência”.

O facto de estar inserida numa zona militar é, para o social-democrata, “prejudicial” para a atractividade da aerogare no exterior, nomeadamente “ao nível das escalas técnicas”, sendo que os “procedimentos acrescidos” afastam essas mesmas escalas, bem como “os benefícios económicos que daí advêm”, explicou.

O responsável social-democrata referiu a “eterna” fase de obras que vive aquela estrutura como um “enorme estorvo” para a ilha Terceira, não sendo “aceitável que a anunciada melhor aerogare da região sofra de carências básicas e funcione num regime de indefinição”, adiantou António Ventura.

Segundo o líder do partido na Terceira as respostas obtidas no encontro com os responsáveis pela aerogare são “meramente técnicas e prendem-se com o desenvolvimento da obra ainda em curso, os problemas que expusemos têm a ver com decisões políticas”, pelo que, acrescentou “cabemos pôr as mesmas dúvidas a quem tem o poder decisório e a quem coube delinear as orientações actuais”,



esclareceu.

O PSD vai agora levar estas questões ao parlamento regional pois, segundo o seu responsável na Terceira, “através de interpelações ou de requerimentos queremos, de facto, ter respostas do governo regional a estas preocupações que, de uma forma ou de outra, são um constrangimento para os terceirenses e para a própria ilha”, disse António Ventura.

Postos de turismo em São Jorge, Santa Maria e Faial, sem acesso à Internet

O PSD/Açores denunciou que os postos de turismo das ilhas de São Jorge, Santa Maria e Faial não possuem acesso à Internet, o que “dificulta” a acção dos funcionários.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, os deputados social-democratas Mark Marques, Costa Pereira e Sérgio Ferreira consideraram que esta situação “vem pôr a descoberto a falta de atenção e o desleixo a que a secretaria regional da Economia, através da direcção regional do Turismo, tem colocado este sector”.

Segundo os parlamentares do PSD/Açores, a falta de ligação à Internet nestes três postos de turismo prejudica também os turistas, “que necessitam por vezes de simplesmente enviar um e-mail ao referido posto para obter informações locais”.

Eleições intercalares são

a única “solução honesta” em Angra

O PSD de Angra do Heroísmo reagiu hoje, formalmente, ao que considera ser o “desmoronamento” da câmara municipal, isto face às recentes renúncias do seu presidente, vice-presidente e “antevendo-se a demissão de mais um membro do executivo camarário”. A comissão política concelhia dos social-democratas adianta que a realização de eleições intercalares seria “a única atitude honesta que o partido socialista poderia apoiar” e a sua presidente, Carla Bretão, diz ser esta a prova “do falhanço total na governação do município”.

Segundo foi dito, esta manhã em conferência de imprensa, “a situação de caos que a câmara de Angra tem vivido”, primeiro com a descoberta “de um buraco financeiro sem precedentes deixado por Sérgio Ávila”, a que se seguiram as referidas demissões, “só mostra o profundo desrespeito que o PS tem pelos angrenses e pelo concelho de Angra”, afirmou Carla Bretão.

A social-democrata referiu que “até a forma como se deu esta saída, levada a cabo perante o presidente do governo regional” revela “uma grave desconsideração pela assembleia municipal e pelos cidadãos eleitores”.

Carla Bretão declarou não existirem condições políticas “nem legitimidade democrática” para que se prossiga o actual mandato, salientando que “Angra está subjugada aos interesses socialistas” e recordando que “entre os muitos factores que poderão ter contribuído para a situação que agora se vive” estará o facto de “três dos

membros do executivo camarário se encontrarem já reformados”.

Afirmando a convicção de que “os eleitores de Angra não têm memória curta”, a líder concelhia do PSD recordou que Andreia Cardoso, agora nomeada presidente da câmara, “é vereadora desde o início do mandato, logo co-responsável por tudo que tem sido feito até agora em Angra”, além de ser “a ligação forte do PS com a autarquia, o que faz dela cúmplice nesta progressiva descolagem a José Pedro Cardoso”, pelo que “será sempre parte do mesmo problema e nunca parte de uma futura solução”, concluiu.

“Mas não podemos ser ingénuos”, disse Carla Bretão, referindo que o calendário eleitoral “exigia do PS medidas drásticas para contornar o descrédito total em que a câmara caiu”, mas que apenas houve mudanças “para assegurar o poder e não para bem dos angrenses e do concelho”, caso contrário os elementos da autarquia que agora a abandonam, “teriam, com certeza, agido muito mais cedo”, disse.

A actual vereadora da oposição disse ser esta “uma jogada política do partido socialista destinada a manter o poder a todo o custo”, recordando que “é a segunda vez em quatro anos que o PS faz a mesma coisa no nosso concelho”, numa situação que diz ter esquecido por completo “o objectivo de servir Angra do Heroísmo e de trabalhar para o seu desenvolvimento”, lamentou.

Na ocasião o líder da bancada social-democrata na Assembleia Municipal de Angra acusou o actual executivo camarário de “desrespeito e desconsideração pelo órgão que fiscaliza e acompanha a acção da autarquia”, referindo que nem o presidente ou o vice-presidente demissionários “tiveram a preocupação de informar a assembleia sobre as suas posições, tendo os seus membros sabido dos desenvolvimentos do caso pela comunicação social” - **Gab. Imp. PSD/Açores**

Aurélio da Fonseca disse ainda que o grupo municipal do PSD vai apresentar um requerimento a solicitar a realização de uma assembleia municipal extraordinária “para apurar as razões e as motivações do abandono dos membros da Câmara em causa”, anunciou.





AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Arouca, para reunir em sessão ordinária, no dia 11 de Julho de 2008, sexta-feira, entre as 17h00 e as 23h00, no Cine- Estúdio dos Bombeiros Voluntários, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas organizadas nos termos do Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir estatutariamente.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção de Arouca estará presente no dia 8 de Julho de 2008, das 21h30 às 24h00, para recepção de candidaturas na Associação dos Bombeiros Voluntários de Arouca.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2008 (sábado), pelas 15h00 na **Escola Profissional de Monção-EPRAMI, sita na Estrada dos Arcos de Valdevez**, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Apresentação do novo figurino da Região de Turismo do Norte;
2. Análise da situação política.
3. Aprovação das contas do ano de 2007;

BEJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Beja, para reunir no dia 7 de Julho de 2008, das 20h00 às 23h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Praça da República nº17, em Beja, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua estatutariamente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Concelhia.

BELMONTE

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD e do artigo 3º do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Sessão de Belmonte, para reunir no próximo dia 5 de Julho de 2008, das 18h00 às 23h00, na Junta de Freguesia de Belmonte, em Belmonte, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua Nova do Jardim, nº 14 dirigidas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção.

MANTEIGAS

Nos termos de Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia Extraordinária, no próximo dia 11 de Julho de 2008 (sexta-feira), pelas 17h00, na Sede da Secção, sita no Largo Dr. João Isabel, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua estatutariamente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (8 de Julho), na Sede do PSD de Manteigas.

O acto eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 17h00 às 19h00.

PENELA

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 2 do artigo 50º dos Estatutos e do artigo 3º do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penela, para reunir no próximo dia 11 de Julho de 2008, das 20h30 às 23h30, na Sala de Sessões dos Bombeiros Voluntários de Penela, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h30 às 23h30.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede da Secção.

VILA FLOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Vila Flor, no pleno uso dos seus direitos, par

reunirem no próximo dia 12 de Julho de 2008, Sábado, pelas 18h00, na sede local do PSD, na Rua Francisco Guerra – Vila Flor, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD, na morada acima indicada.



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Secção da JSD de Águeda, para reunir no próximo dia 5 de Julho de 2008, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Águeda, sita na Rua Francisco Oliveira, n.º 9, em Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação de candidaturas;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD/Águeda.

Notas:

1 – As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede do PSD de Águeda, sita na Rua Francisco Oliveira, n.º 9, 3750 Águeda, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD.

2 – As urnas estarão abertas das 15 horas às 17 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda
(Carlos Franco)

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se as eleições para Secção de Barcelos, para o dia 4 de Julho de 2008, pelas 21h30, na Avenida Alcides Faria – Barcelos, na Sede do PSD, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política da Secção de Barcelos;
- 2 – Eleição da Mesa de Plenário da Secção de Barcelos.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h30 às 23 horas.

O Presidente da Mesa
(João Miguel Sá)

SABROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD/Sabrosa, para uma reunião a realizar no próximo dia 7 de Julho de 2008 (Sábado), pelas 19 horas, no Auditório Municipal de Sabrosa, sito na Rua do Loreto, n.º 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de Vila Real ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 19 horas às 22 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Custódio Tender)

SECÇÃO E DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se plenário da Secção E de Lisboa, para o dia 5 de Julho de 2008, pelas 21 horas, na Sede da Secção, sita na Rua Forno do Tijolo, n.º 71 – 3.º, em Lisboa com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do dia 3 de Julho de 2008, na Sede da Secção, sita na Rua Forno do Tijolo, n.º 71 – 3.º, em Lisboa.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD da Secção E
(Nuno Cruz)